

O surgimento dos primeiros Comuns¹ modernos: Tecnologia, Patrimônio e Iluminismo

The emergence of early modern Commons: Technology, Heritage and Enlightenment

Antonio Lafuente

Nuria Valverde

Tradução: Katya Braghini^{*}

Nossa época está redescobrando a importância dos bens comuns. Todos os dias vemos artigos na imprensa reivindicando direta ou indiretamente o status de bens comuns para o ar, a água, os oceanos, a biodiversidade, o software e até a própria ciência. E, de fato, muitos dos problemas que enfrentamos são tão grandes ou tão complexos que não podem ser tratados em uma base nacional, mas requerem um compromisso em uma escala plurinacional ou até mesmo em escala planetária. É o caso das emissões de CO₂, AIDS ou Organismos Geneticamente Modificados.

Nosso assunto, entretanto, não é a sociedade de risco, mas o bem comum, aquela característica do direito consuetudinário que ressurgiu do passado e agora está chamando nossa atenção. Isso não é surpreendente, pois nosso mundo precisa urgentemente expandir a propriedade comum: isto é, aquelas entidades jurídicas que estão disponíveis para todos e não pertencem a ninguém - nem mesmo ao estado. Mas não nos precipitemos - por enquanto, basta afirmar que devemos agora acrescentar à velha tensão que a modernidade introduziu entre o privado e o público, entre o Estado e o mercado, um terceiro elemento - os bens comuns. A administração pública não é garantia da gestão adequada da propriedade comum, prova disso, entre muitos outros exemplos, é a desastrosa situação ambiental no ex-bloco soviético.² De toda forma, o questionamento da propriedade pública não implica, necessariamente, o favorecimento

^{*} Professora e pesquisadora do PEPG em Educação: História, Política, Sociedade (EHPS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutora e Mestre em Educação pela mesma universidade. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade de São Paulo. E-mail: katya.braghini@gmail.com

¹ Do Inglês "Commons", do Espanhol "Procomum". Tradução: Katya Braghini/ Revisão técnica: Viviane Ramos.

² Rachel Carson em seu famoso *Silent Spring* (Nova York: Houghton Mifflin, 1962), descreveu o conflito entre o meio ambiente e os interesses corporativos industriais, denunciou os abusos permitidos pelo sistema capitalista e defendeu uma cultura de regulação pública. O influente livro de M. Goldman, *The Spoils of Progress: Environmental Pollution in the Soviet Union* (Cambridge: MIT Press, 1972), deixou claro que o desastre foi muito pior nos chamados estados socialistas. A literatura posterior trouxe mais argumentos a favor de políticas que, além de limitar as prerrogativas do Estado, também são menos liberais. Ver também, D. J. Peterson, *Troubled Lands: The Legacy of Soviet Environmental Destruction* (Boulder: Westview Press, 1993).

da propriedade privada, a menos que ignoremos a possibilidade de ampliar o domínio público por meio da retirada de alguns bens do controle do Estado e sua passagem para a sociedade civil.

A casuística do raciocínio pode ser complicada, mas todos os casos citados acima têm uma coisa em comum, pois estamos falando de objetos que evoluem a partir da interação do nosso ambiente e nossa tecnologia. Obviamente, a América existia antes de ser descoberta por Colombo, mas é igualmente verdade que a partir daquele ano de 1492 sua existência, como a do oxigênio em 1777, as fontes ocultas do Nilo em 1858, ou a molécula de DNA em 1953, adquiriram um status de caráter completamente novo e conclusivo. A América, assim como o oxigênio, o Nilo e o DNA tornaram-se espécimes de laboratório, objetos que podiam ser mobilizados por meio de mapas, fórmulas e tabelas. Ou seja, objetos que, sem prejuízo (nem então, nem agora) à sua importância para a vida (ou cultura) humana, estavam destinados a ser objeto de grandes e polêmicos experimentos, cuja solução exigia a cooperação de mais especialistas e novas tecnologias.³

O mesmo acontece com os afrescos de Michelangelo, os manuscritos de Qumran⁴ ou os ossos da criança do Lago Turkana que, uma vez apreciados por arqueólogos ou paleontólogos, tornam-se objetos que testemunham um passado que só pode ser estudado com tecnologias sofisticadas e linguagem especializada.⁵ Vamos agora ver essas tecnologias em funcionamento.

Tecnologia e consenso

O exame é muito simples. Consiste em detectar singularidades onde aparentemente tudo é continuamente uniforme ou caótico. O que importa é como fazemos e como avaliamos coisas. E, embora admitindo que não seja uma pergunta fácil, arriscaremos uma resposta. Basta tomar um objeto (social, cultural, material ou natural) e atribuir-lhe alguns traços, características ou propriedades (locais, simbólicas,

³ A 'Tragédia dos Comuns' é simplesmente uma falha de gestão por parte daqueles que foram incapazes de limitar seus direitos individuais a fim de proteger o bem coletivo. G. Hardin, "The Tragedy of the Commons", *Science*, 162 (1968): 1243-1248. Veja também a revisão de sua primeira determinação em recomendar a gestão privada da propriedade comum em, G. Hardin, "Extensions of The Tragedy of the Commons", *Science*, 280 (1998): 682-83.

⁴ Nota de tradução: No Brasil mais comumente conhecidos por Manuscritos do Mar Morto.

⁵ Imaginemos que fosse necessário restaurar *Las Meninas* de Velázquez. A restauração enfrentaria vários grupos de defensores, cada um com suas próprias ortodoxias diferentes, prontos para lutar com afincos para evitar que qualquer coisa seja mudada além dos limites mutuamente acordados. A questão, claro, é quem aceita os acordos (e como e onde) que não podem ser alterados e como avaliar quaisquer desvios da doutrina. Essas questões nos levam inevitavelmente a respostas favorecendo o uso de uma máquina em detrimento de outra, ou seja, preferindo uma metodologia às suas alternativas.

físicas ou formais), eles são tangíveis segundo alguma disciplina (história, arqueologia, etnologia, astronomia ou botânica). Se a correspondência entre o objeto escolhido, suas supostas propriedades e as disciplinas aplicadas for correta, então demos um gigantesco passo à frente, desde que o que pretendíamos fazer fosse informar e dar forma ao objeto: em outras palavras, fazer coisas com ele como medir, datar, catalogar, comparar, misturar etc. Podemos ver como esse processo se torna complicado, pois são práticas que exigem tecnologias cada vez mais sofisticadas, desde escalas ou tabelas mais acessíveis até as mais raras balanças ou séries numéricas. As tecnologias de inscrição são muito diversas e todas implicam a utilização de catálogos, cartografias, algoritmos, máquinas, perspectivas ou escalas mais ou menos óbvias. Assim, chegamos a uma primeira dedução: que cada objeto reduzido ou circunscrito por um punhado de propriedades precisa ser cuidado, e nenhum pode sobreviver sem as práticas metonímicas e disciplinares com as quais foi trazido à luz pela primeira vez e depois estabelecido.

Então, a água não precisa de nós. Mas o H₂O não poderia sobreviver sem um exército de químicos, médicos e engenheiros para recriá-lo constantemente em seus laboratórios, livros, planos ou projetos. A explicação é simples: enquanto a salsa é fruto da evolução, o *Petroselinum sativum* é ideia do botânico, assim como a balança de pagamentos é para o economista, Quipus para o antropólogo e a corrente do El Niño para o geógrafo. Todos esses objetos são criaturas científicas, sem relação com a existência da natureza primitiva ou tocada. Nenhum desses objetos é natural; eles não podem existir sem inventividade e destreza. São artificiais e tecem entre si o tecido do que chamamos de realidade, incluindo a tabela periódica, as explicações das marés, da febre ou das espécies, não esquecendo as teorias do erro, da combustão, das cores e do valor; eles formam um meio artificial, criado pela concorrência de todas as nossas tecnologias que vão das enciclopédias à estatística, passando por princípios classificatórios, cubos eletrolíticos e tabelas astronômicas.

O conceito de realidade, no entanto, tornou-se muito evasivo. E quem está determinado a manter a existência de uma referência estável, compartilhada, consistente e universal enfrenta o desafio de explicar como adquirimos esse patrimônio e como ele foi capaz de expandir seu domínio a tal ponto. Não repetiremos os argumentos que desacreditam a tendência de trocar a natureza pela realidade. As duas coisas não são equivalentes, por mais que possamos tentar naturalizar a imagem cultural, ou por mais que nos esforcemos obstinadamente para manter a dualidade entre sujeito e objeto. Devemos acrescentar apenas mais um comentário sobre este ponto: a

realidade tem tanto peso em nosso imaginário político e moral porque sempre se expressa por fatores quantitativos, comprovando a existência de um amplo consenso sobre suas dimensões e como devem ser calibradas. O estranho, porém, é o enorme esforço feito por nossas instituições para sugerir que os valores derivam de princípios naturais e não de uma relação entre as pessoas e suas máquinas. É verdade que realidade e fatos são a mesma coisa, mas o problema surge quando desejamos discriminar entre fatos e opiniões. A introdução dessas nuances traz à tona os especialistas e toda a parafernália de aparelhos que eles usam para ler o pulso, fazer um balanço e traçar genealogias.

Nenhuma sociedade pode sobreviver sem alguns acordos para dar uma certa estabilidade às suas estruturas mais frágeis. Portanto, ninguém nega que os valores são importantes, mas se houvesse um grupo de pessoas com vontade de se entender, oposto aos caprichos e a favor da precisão, teria primeiro que concordar no significado dessas palavras. Sabemos, também, que eles quase certamente acabariam discutindo sobre questões mensuráveis e quantificáveis e, portanto, precisariam decidir quais máquinas usar e os protocolos necessários para solicitar e, em seguida, comunicar as informações obtidas. Em suma, teriam que obter tecnologias capazes de dissociar os fenômenos do quintal, da aldeia e dos laços étnicos. Assim, uma conversa sobre valores acaba virando um debate sobre parafusos e ajustes, a calibração de instrumentos ou a distorção de lentes. O importante nessas tecnologias de desencaixe não é se são artificiais ou estrangeiras, mas que atuem como instrumentos políticos para criar um novo consenso.⁶ Elas são, conseqüentemente, máquinas morais e a base da ordem cívica. Sem eles não haveria contrato social.⁷

Se a civilidade é uma questão técnica, a eficiência é um desafio moral.⁸ Nosso mundo está obcecado pelos problemas associados à gestão do tempo, incluindo

⁶ Anthony Giddens explicou isso claramente quando propôs que o desencaixe (retirada) era uma das circunstâncias típicas da modernidade. Veja o seu, *The Consequences of Modernity* (Cambridge: Polity Press, 1990), 88. Ver também, Ph. Brey, "Space-Shaping Technologies and the Geographical Disembedding of Place", em *Philosophies of Place: Philosophy and Geography*, ed. A. Light e J. Jonathan Smith (New York / London: Roman & Littlefield, 1998), 239-263.

⁷ Para mais detalhes sobre como os instrumentos produzem valores e consenso sobre a prática científica e a produção da realidade, consulte L. Daston, "The Moralized Objectivities of Science", em *Sonderbruck aus Wahrheit und Geschichte*, ed. W. Caarl e L. Daston (Göttingen: Vandenhoeck e Ruprecht, 1999), 78-100. Sobre as condições materiais deste consenso, também vale a pena consultar, A. Pickering, "Living in the Material World: on Realism and Experimental Practice", *The Uses of Experiment. Studies in the Natural Sciences. Studies in the Natural Sciences*, ed. David Gooding, T. D. Pinch e S. Schaffer (Cambridge / New York/Melbourne: Cambridge University Press, 1992) 275-297. Sobre as características mínimas de consistência tecnológica e as margens de flexibilidade permitidas pela adaptação local de máquinas, ver, M. De Laet e A. Mol, "The Zimbabwe Bush Pump: Mechanics of a Fluid Technology", *Social Studies of Science*, 30 (2000): 225-263.

⁸ A associação de eficiência com valores morais é determinada por dois aspectos. Em primeiro lugar, pela associação de resultados científicos a valores epistêmicos relacionados ao rigor, objetividade, exatidão e desinteresse, aplicados para afastar qualquer suspeita de qualquer possível manipulação arbitrária dos

aqueles cujas raízes são históricas. Implícita ou explicitamente, somos informados repetidamente que explicar algo é relatar a história, e quando questionamos essa adulação do tempo, surge o conflito entre modernistas e pós-modernistas. Mas há outro conflito que não pode ser ignorado: aquele que contrapõe o natural ao artificial, que impõe às nossas máquinas uma existência separada da dos nossos corpos. Tal afirmação ignora o fato de serem não apenas extensões de nossa própria sensibilidade, mas também criadores de nossa sociabilidade. Nosso mundo não pode mais aguentar as abstrações implícitas na separação entre as ideias e as técnicas que as produzem e mobilizam. A discussão que desejamos iniciar não é a que sustenta a importância da história, mas a que exige uma atenção maior à tecnologia. O que está em questão não é se somos pós-modernistas, mas o que resta antes de aceitarmos nosso destino como pós-humanos. Em suma, tentar distinguir entre sujeito e objeto é um esforço que terminará em desespero: na *polis* só podemos falar da realidade que surge das ações de pesar e medir; desde que introduzamos algum artefato capaz de produzir a figura que define o objeto ou, se preferir, o cria.

A disciplina dos tesouros

Quem encontra um meteorito de origem incerta e composição desconhecida, seja qual for seu tamanho ou localização, sabe imediatamente que ele aumentará o patrimônio humano e que seu lugar é em um museu. Como sabemos que é um tesouro? Na verdade, não sabemos, embora a capacidade de fazer esse tipo de julgamento seja um dos principais objetivos do sistema.⁹ O mérito, no entanto, está em perceber que um pedaço de pedra (ou um osso, uma escultura, um manuscrito ou um germe) é um objeto de grande valor, que só pode ser confirmado por alguém que tenha a sensibilidade e,

resultados. Ver, L. Daston e P. Galison, "The Image of Objectivity", *Representations*, 40 (1992): 81-128; S. Schaffer, "Astronomers Mark Time: Discipline and the Personal Equation", *Science in Context*, 2 (1988): 115-145; P. Dear "From Truth to Disinterestedness in the Seventeenth Century", *Social Studies of Science*, 22 (1992): 619-632. Mas em segundo lugar, também, devido ao surgimento de biopolíticas que têm de usar graus mais amplos de precisão para garantir que a tarefa do governo possa ser centralizada: I. Hacking, *The Taming of Chance* (Cambridge: Cambridge University Press, 1990); T. Porter, *Trust in numbers. The Pursuit of Objectivity in Science and Public Life* (Princeton: Princeton University Press, 1995); A. Rusnock, "Quantification, Precision and Accuracy. Determinations of Population in the Ancien Régime", in *The Values of Precision*, ed. N. Wise (Princeton: Princeton University Press, 1995), 17-36; A. Lafuente e N. Valverde, "Linnaean Botany and Spanish Imperial Biopolitics", in *Colonial Botany. Science, Commerce, and Politics in the Early Modern World*, ed. L. Schiebinger e C. Swan (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2004): 134-147.

⁹ Sobre os estágios iniciais do desenvolvimento dessa sensibilidade e sua popularização, ver A. Secord, "Botany on a Plate. Pleasures and the Power of Pictures in Promoting Early Nineteenth-Century Scientific Knowledge", *Isis*, 93 (2002): 28-57; S. Schaffer, "Natural Philosophy and Public Spectacle in the Eighteenth Century", *History of Science*, 21 (1983): 1-43; L. Stewart, *The Rise of Public Science. Rhetoric, Technology, and Natural Philosophy in Newtonian Britain, 1660-1750*. (Cambridge, Mass: Cambridge University Press, 1992).

acima de tudo, as ferramentas necessárias para objetivar certas características determinantes. Disto se conclui que a relação entre patrimônio e tecnologia é muito aproximada.

Sem dúvida, muitas pessoas vão entender, mas é difícil justificar o fato da França ter mais de 4.000 museus e uma lista de edifícios com 188.315 entradas, das quais 41.812 são classificadas como monumentos históricos.¹⁰ É claro que aqueles que percebem que as raízes da identidade jazem no patrimônio é uma multidão; mas infelizmente ainda não sabemos o que o termo significa, muito menos quando está escrito no singular. Pedimos desculpas aos antropólogos, aos editores da *National Geographic* e aos antiquários, também às empresas turísticas e ao grupo de conservacionistas e restauradores: nos declaramos culpados por não entender o que é identidade. Não sabemos como medi-la, nem com o que compará-la. Sabemos que este é um pecado imperdoável, agora que tanto se fala em multiculturalismo. Se a identidade é tão importante, por que não declarar todo o país como nosso patrimônio? Por que os museus devem ter limites? A resposta mais simples é financeira, pois é muito caro manter o patrimônio. E, além disso, sempre foi um assunto polêmico. Um excesso de patrimônio público não só vai esgotar os recursos do Estado, mas pode dar origem a uma espiral de conflitos difícil de lidar.

Vejamos um exemplo. 1790 foi um grande ano para os mexicanos de ascendência espanhola. Com alguns meses de intervalo, e a apenas alguns metros dos grandes centros do poder metropolitano (o palácio do vice-reinado e a catedral) foram encontradas a Pedra do Sol e a Coatlicue, duas peças que por si só seriam suficientes para encher um museu e saciar muita fome pelo passado. E foi realmente isso o que aconteceu, pois ambientes grandiosos foram requeridos para ambos. O primeiro, o chamado Calendário Asteca, um monólito de vinte e cinco toneladas com cerca de 3,60 metros de diâmetro, foi fixado na parede do próprio templo e o segundo foi exposto no

¹⁰ Veja <https://www.pop.culture.gouv.fr/> (Base Mérimée). No que se refere ao patrimônio arquitetônico, existem na França 263.526 itens listados, dos quais 107.319 foram declarados monumentos históricos. O número de museus públicos é de cerca de 1.400, de acordo com o *European Museums Information Institute* (<http://www.emii.org/map/fr.htm>). O cadastro de imóveis espanhóis do Ministério chega a 43.521 itens (<http://www.mcu.es/bases/spa/inbi/INBI.html>), mas a lista ainda está incompleta. O caso mais surpreendente de inflação patrimonial parece ser o do Reino Unido. Lá, o número de lugares, monumentos ou edifícios considerados parte do patrimônio histórico ou natural nacional e que gozam de algum tipo de proteção legal passou de cerca de 1.000 em 1945, para quase 10.000 em 1960, para a cifra atual de um milhão. A situação levou P. J. Boylan a refletir sobre a tendência de conservar "praticamente qualquer elemento concebível de um patrimônio frequentemente recém-inventado" e a fossilização dos centros das cidades. Veja o seu "The Heritage Dimension in late 20th Century Culture", Documento de pesquisa para a Força-Tarefa do Conselho Europeu sobre Cultura e Desenvolvimento, 1994-95. Uma avaliação geral dos problemas financeiros associados à gestão do patrimônio pode ser encontrada em *Economics and Heritage Conservation*. Uma reunião organizada pelo *Getty Conservation Heritage* (Los Angeles: Getty Center, 1998), acessível on-line em <http://www.getty.edu/conservacao/recursos/econrpt.pdf>

pátio da Universidade. O vice-rei Revillagigedo, como podemos ver, aproveitou a oportunidade para mostrar o orgulho de sua linhagem vitoriosa, maior ainda quando comparada às conquistas anteriores daqueles nativos. Se na Península Ibérica os arqueólogos descobriam sua herança romana, os das colônias não iriam torcer o nariz para o legado dos astecas. Mas a palavra patrimônio, antes e agora, era um foco de conflito. As peças eram tão belas como complexas, um verdadeiro troféu para quem sabia das descobertas que se faziam do outro lado do Atlântico, em Nápoles, Mérida ou Córdoba.¹¹

Antonio León y Gama (1735-1802), um brilhante astrônomo e estudioso crioulo, logo publicou um belo tratado no qual foi capaz de exibir sua erudição requintada e incomum.¹² Ambas as pedras foram um objeto de estudo inestimável, um caso que provaria sem dúvida, a amplitude e o rigor do conhecimento astronômico e matemático pré-colombiano. Ambos eram símbolos de uma grandeza antiga que não tinha sido perdida, mas apenas escondida ou, antes, reprimida: dois tesouros nos quais a ciência e a política nativas podiam ser fundadas. Mas, no caso da Coatlicue, o número de herdeiros não se limitava a dois, pois os índios viam nessas pedras uma relíquia que revivia seus sagrados ritos ancestrais e não perdiam tempo em visitá-la. As autoridades logo perceberam que os índios não se reuniram por 'orgulho nacional' ou, como era de se esperar de um homem do Iluminismo, “para contemplar uma das grandes obras de seus ancestrais”, mas por motivos que foram classificados como fanatismo e idolatria. As consequências foram imediatas: eles foram proibidos de entrar no Pátio da Universidade e foi dada ordem para ali enterrar a peça e evitar qualquer forma de paganismo.¹³ O mesmo objeto, então, passava pelas três condições: troféu, tesouro e

¹¹ Ver, G. Mora, *Historias de mármol. La arqueología clásica española en el siglo XVIII* (Madrid: CSIC, 1998); J. Arce e R. Olmos, eds, *Historiografía de la arqueología y de la historia antigua en España (siglos XVIII-XIX)*, (Madrid: Ministerio de Cultura, 1988); A. Mestre, *Apología y crítica de España en el siglo XVIII* (Madrid: Marcial Pons, 2003).

¹² Na segunda metade do século XVIII arraigou-se no mundo intelectual da Nova Espanha uma corrente de pensamento que alertava para a necessidade da constituição de museus que trouxessem à luz as características culturais, científicas e antropológicas do país e de suas diferentes regiões. As obras de Francisco Xavier Clavijero, *Historia antigua de México* (1780); José Antonio Alzate, *Las antigüedades de Xochicalco* (1791); Antonio de León y Gama, *Descripción histórica y cronológica de las dos Piedras* (1792); bem como o exemplo impressionante que Lorenzo de Boturini deu a seus contemporâneos ao compilar a maior coleção de códices e material escrito do México; ou, posteriormente, a exploração realizada por volta de 1805 por Guillermo Dupaix e o artista José Castañeda pelo altiplano mexicano e áreas sudeste, em busca de monumentos de valor arqueológico e planaltos e objetos antigos sob os auspícios de Carlos IV; todos faziam parte de um grande movimento de resgate de antiguidades. Ver, E. Florescano, “La creación del Museo Nacional de Antropología y sus fines científicos, educativos y políticos”, in *El patrimonio cultural de México* (México DF: FCE, 1993); J. Cañizares-Esguerra, *Como escrever a história do novo mundo. How to Write the History of the New World. Historiographies, Epistemologies, and Identities in the Eighteenth Century Atlantic World* (Stanford: Stanford University press, 2001).

¹³ J. Alcina Franch, *Arqueólogos o anticuarios. Arqueólogos o anticuarios. Historia antigua de la Arqueología en la América española* (Barcelona: El Serbal, 1995), 122.

reliquia, mostrando inequivocamente sua natureza de fronteira,¹⁴ a meio caminho entre tantos mundos cujas práticas e cosmovisão pareciam teoricamente intransponíveis. No entanto, o tempo justificará a pessoa que é capaz de ativar o objeto da maneira mais eficaz. Nesse caso, foi León y Gama quem deu início a uma tradição de pesquisa capaz, em um discurso, de fundir a credibilidade das fórmulas matemáticas, a exatidão dos testemunhos arqueológicos e a legitimidade da memória etnográfica. Em todos os lugares, os estudiosos enfrentaram encruzilhadas semelhantes. Resolver o conflito entre a cultura local e as práticas científicas era equivalente a abrir caminho para a formação do Estado moderno. A fim de globalizar a sabedoria nativa, percebendo seu valor e afrouxando-a de seus laços, ela teve que ser explicada na linguagem da burocracia emergente, ou se preferir, usando as convenções conceituais e ferramentas experimentais da ciência moderna.¹⁵ (Lafuente, 2000).

As coisas não eram muito diferentes na Espanha. A preocupação com a decadência das glórias antigas (bíblicas ou imperiais) teve que ser explicada, nas palavras do advogado Juan Sempere y Guarinos, o mais ferrenho apologista do rei espanhol D. Carlos III e o seu reinado, “porque nem a prudência nem a infelicidade das nações são fruto do mero acaso” (Sempere y Guarinos, 1788 (I): 18). E, claro, para encontrar a causa de um declínio, é necessário ter procedimentos de objetivação que possam ser verificados. Nesse ponto, a história deixa de ser uma crônica e uma hagiografia, para se tornar uma empresa pública, baseada na disciplina e, portanto, política. Uma vez que a busca por explicações precisa ser muito metódica e exige muita informação e muitos cálculos, os estudiosos se dedicam a olhar para o passado em busca de vislumbres de estratégias, invenções, cálculos ou traços que possam revelar uma ordem que pode evoluir e/ou declinar. Nesse ponto, havia muitos problemas, mas dois cuja urgência era mais premente: primeiro, a preparação de tecnologias de datação e localização, o quando e onde expressar a declaração histórica; e a segunda, era pactuar as variáveis (invenções tecnológicas, construções arquitetônicas, processos produtivos ou representações gráficas) cujos rastros pudessem definir a flecha do tempo, ou os sinais do progresso. Colocar um conjunto de artefatos, virtuais ou

¹⁴ O conceito foi introduzido por Star a fim de identificar ferramentas intelectuais compartilhadas (e usadas de maneiras diferentes ou peculiares) por várias comunidades de prática: SL Star, “The Structure of Ill-Structured Solutions: Boundary Objects and Heterogeneous Distributed Problem Solving” em *Distributed Artificial Intelligence*, ed. L. Gasser e M. Huhns (San Mateo: Morgan Kaufmann, 1989). Gieryn ampliou o conceito para permitir que coisas, processos, povos ou ideias alcancem o status de “fronteira”, desde que sejam capazes de permear através dos limites que separam diferentes ordens sociais. T. Gieryn, “Boundaries of science”, em *Handbook of science and technology studies*, ed. S. Jasanoff, et al. (Thousand Oaks, CA: Sage Publications), 393-443.

¹⁵ A. Lafuente, “Enlightenment in an Imperial Context: Local Science in the Late-Eighteenth-Century Hispanic World,” em *Nature and Empire: Science and the Colonial Enterprise*, ed. Roy MacLeod, edição especial de Osiris, 15 (2000): 155-173.

mecânicos, no curso da história significava ver o mundo das invenções como uma conquista que, ao contrário da arte, era por natureza coletiva e familiar, fruto anônimo do aperfeiçoamento (local) e da imitação (secular) de práticas generalizadas.

As consequências foram espetaculares. O conhecimento técnico também tinha que ser comum, circulando livremente, exigindo um novo sistema de patentes, maior reconhecimento para modelistas e desenhistas e uma guerra intransigente contra as guildas artesanais.¹⁶ Os historiadores também tinham uma tarefa pela frente, pois o valor das coisas se confunde com a dificuldade de produzi-las e, por isso, os objetos que evidenciam qualquer grau calculável de habilidade ou civilização não são mais pedaços de pedra ou rabiscos. Sim, nós temos um passado comum (pertencente ao mesmo tempo a todos e a ninguém); e a segunda novidade é que é técnico. O que se pode imitar de nosso passado são seus processos, ocultos ou esquecidos, e assim alcançamos aquela estranha quadratura do círculo em que as tecnologias do passado são vistas como a raiz de uma herança comum e o fio condutor de um discurso capaz de homogeneizar a pluralidade de histórias locais ou regionais. O que León y Gama fez, o que Sempere y Guarinos quis fazer, foi estudar a realização técnica impressa nessas pedras e apresentá-las como um modelo compartilhado. A importância do passado e de seus testemunhos não está em dúvida. Esta é uma história cujo interesse cresce à medida que reflete cada vez mais esplendor técnico: 'Um edifício', escreveu em 1790 José Antonio de Alzate, padre mexicano, jornalista e um dos cientistas e intelectuais mais famosos de seu tempo, "mostra o caráter e a cultura do povo: pois é claro que a civilização ou a barbárie se manifestam no progresso que as nações fazem nas ciências e nas artes".¹⁷

Muito se escreveu sobre as expedições científicas do século XVIII, e há uma abundância de textos que descrevem a ampliação do conhecimento botânico, médico, geológico e geográfico. Não faltam reflexões do interesse em questões antropológicas, etnográficas e geográficas. No entanto, deve-se admitir que ainda temos um caminho a

¹⁶ Veja A-H. Thamer, "On the Use and Abuse of Handicraft: Journeyman Culture and Enlightened Public Opinion in 18th and 19th Century Germany", em *Compreendendo a Cultura Popular. Europa da Idade Média ao Século XIX*, ed. S. L. Kaplan (Berlin/New York/Amsterdam: Mouton, 1984), 275-300; L. Hilaire-Pérez, "Invention and the State in 18th Century France", *Technology and Culture*, 32 (1991): 911-931; L. Hilaire-Pérez, *L'invention technology au siècle des Lumières*, (Paris: Albin Michel, 2000). Para o caso espanhol, ver A. M. Roncal, *Gremios e Ilustración en Madrid (1775-1836)*, (Madrid: Actas, 1998); e, sobre as políticas econômicas associadas à política das corporações, E. Lluch, *Las Españas vencidas del siglo XVIII. Claroscuros de la Ilustración* (Barcelona: Crítica, 1999).

¹⁷ Citado em Alcina Franch, *Arqueólogos o anticuarios*, 113 (cit. N. 11). J. Sempere y Guarinos seguiu a mesma linha em sua *Historia del Luxo, y de las leyes suntuarias de España* (Madrid: Imprenta Real, 1788). Relembrando as obras de Tarquínio, um dos reis romanos que devotou mais atenção às obras públicas, ele escreve: "Essas obras públicas não podem ter deixado de influenciar na mente dos romanos o amor pelas belas artes e as ideias de gosto, conforto e delicadeza que são regularmente transmitidos por meio disso".

percorrer para compreender o alcance das expedições cujos objetivos eram documentais, arqueológicos ou numismáticos. Parecia cada vez mais urgente explorar a formação de coleções e o tráfego de objetos do antiquarismo ao academicismo, e das mãos privadas às coleções públicas.¹⁸ Na verdade, houve uma febre de coleção, acompanhada por uma proliferação de escavações e violações. Se fosse necessário provar, aqui está um documento que mostra de forma convincente a tendência do Iluminismo para a hipertrofia monumental. É um Decreto Real de 6 de julho de 1803, preparado na sequência de uma Instrução da *Real Academia de la Historia*,¹⁹ sobre como coletar e conservar monumentos antigos: “*Por monumentos antigos entendem-se estátuas, bustos e baixos-relevos de todos os material, templos, sepulcros, teatros, anfiteatros, circos, naumachias, palaestras, banhos, estradas, caminhos, aquedutos, pedras ou inscrições, mosaicos, moedas de qualquer tipo, camafeus: peças de arquitetura, marcos; instrumentos musicais, como chocalhos, liras, sinos; [instrumentos] sagrados, como ânforas, conchas, báculo, facas de sacrifício, machados, hastes, vasos, tripés: armas de todos os tipos, como arcos, flechas, estilingues, aljavas, escudos; [instrumentos] civis, como balanças e seus pesos, balanças, relógios de sol ou relógios, esferas armilares, colares, coroas, anéis, sinetes: todos os tipos de utensílios, instrumentos das artes liberais e mecânicas; e, finalmente, todas as coisas, ainda desconhecidas, consideradas antigas, sejam fenícias, romanas, cristãs, góticas, árabes e medievais*”. Em outras palavras: tudo interessa.

Dizer que algo adquire o estatuto de bem patrimonial implica que o bem está sujeito a várias regras disciplinares. A primeira busca defini-la de acordo com a tecnologia disponível, seja para determinar sua composição ou idade, seja para reduzi-la a um plano ou para fixar suas dimensões. Química, cronologia e planimetria, entre outros ramos do conhecimento, atuam como ciências auxiliares e seus julgamentos são

¹⁸ À medida que novos objetivos foram identificados para as coleções, os objetos foram eliminados ou reorganizados. O caso do Museu de Kircher, que deixaria de ser Galeria de Arte e Mecânica para se tornar um Museu da Antiguidade Clássica e Eclesiástica, foi considerado paradigmático. Ver, P. Leturia, «Contributo della Compagnie di Gesù alla formazione delle scienze storiche em La Compagnia di Gesù e le scienze sacre». Conferência comemorativa do quarto centenário de fundação da Companhia de Jesus realizada na Pontifícia Universitá Gregoriana, 5-11 de novembro de 1941 (Roma: Universitatis Gregoriana, 1942). Na esfera europeia, a literatura sobre coleções cresceu consideravelmente desde os trabalhos de O. Impey e A. MacGregor, *The Origins of Museums: the Cabinets of Curiosities in Sixteenth and Seventeenth Century Europe* (Oxford: Clarendon, 1985); K. Pomian, *Collectionneurs, amateurs et curieux: Paris, Venise XVIe-XVIIIe siècles* (Paris: Gallimard, 1987); P. Findlen, *Possessing nature: museums, collecting, and scientific culture in Early Modern Italy* (Berkeley / Los Angeles / Londres: University of California Press, 1994). No entanto, não conhecemos estudos específicos que mostrem a evolução do valor implícito de cada coleção, não só do ponto de vista económico, mas também do estatuto jurídico adquirido pelos objetos quando são introduzidos em espaços que mudam de propriedade.

¹⁹ As chamadas “Instruções dos Marquês de la Ensenada”, elaboradas em 1753 para facilitar a atuação da comissão de arqueologia, visavam produzir uma história da Espanha Monumental, precursora das de 1803 que devem ser classificadas como o primeiro documento para a proteção do património arqueológico espanhol.

importantes para tudo que se refere à preservação da peça. Como já dissemos, um objeto só é devidamente definido quando os parâmetros que determinam suas características se tornam públicos, bem como os procedimentos empregados para medi-los. Dar valor histórico a um objeto equivale a dar-lhe substância científica e jurídica. Estamos falando, pois, de um patrimônio que só pode ser construído com a intervenção intensiva das nossas tecnologias e, por isso, só pode ser defendido (preservado) se mantivermos as variações desses parâmetros que definem o seu valor dentro de limites razoáveis.

A segunda disciplina que mencionamos é o mercado. Ao proteger algo contra as trocas comerciais, favorecemos o surgimento de um tráfego, público ou privado, através de objetos semelhantes ou simplesmente em cópias.²⁰ Os museus desempenham um papel decisivo aqui, pois da mesma forma que os fatos adquirem credibilidade quando são experimentais, também o valor dos objetos aumenta cem vezes quando vão para um museu. O laboratório e o museu atuam assim como plataformas de lançamento, favorecendo o movimento por meio de duas redes distintas, mas complementares: a dos objetos científicos e a dos objetos patrimoniais, ou seja, a da ciência e do patrimônio. Assim como no século XVIII, a botânica não poderia sobreviver sem boticários, jardineiros e artistas; o mesmo se aplica aos arqueólogos sem o enxame de negociantes, colecionadores e avaliadores. Não é fácil distinguir um pesquisador de um avaliador e, para onde quer que olhemos, sempre encontraremos pequenos grupos de expertos, acadêmicos, especialistas e charlatões discutindo sobre o objeto, sacudindo-o e transferindo-o para outras mãos.

A política dos ficheiros**

No Peru moderno, o nome São Pedro - San Pedro - ainda é usado para identificar dezenas de rios, um legado colonial totalmente inaceitável para um burocrata aprendiz. No entanto, lá estão eles, todos diferentes, mas ligados entre si pelas mesmas duas

²⁰ A indicação mais clara do tráfego gerado pelos museus é certamente o crescente desenvolvimento de tecnologias para a detecção de falsificações e a avaliação do mercado de reproduções artísticas. Veja, M. Jones, ed., *Fake? The Art of Deception* (Londres: British Museum Publications, 1990; J. Keller, "Print market changes, reacts to tough year; Art Business News' survey of 414 gallery owners reveals trends in the world of published art", Reportagem especial em *Art Business News*, 15 de outubro de 2002.

**Nota da tradutora. A palavra original é *chest-of drawers* que na língua portuguesa seria traduzida por "cômoda". Para a língua francesa caberia "chiffonier". Da mesma forma a tradução da palavra por "gabinete", criaria um ruído para a língua espanhola e portuguesa, pois ambas compreendem tal palavra como um pequeno escritório, ou o local onde se guarda uma pequena coleção. Em relação ao tema do artigo, a palavra trata de um armário com pequenas gavetas onde se guardam informações pensando a administração de acervos. No caso, os autores mostram que há uma estreita relação entre o poder e o arquivo e, portanto, pensamos nos armários com gaveteiros dos antigos arquivos e bibliotecas: os ficheiros.

palavras. Qualquer funcionário público teria usado o calendário cristão de santos e estabelecido um relacionamento direto entre os seres celestiais e as características terrenas. Para garantir a uniformidade do resultado, ele teria ajustado seu espaço de trabalho para se adequar ao objeto pesquisado e instalado adequadamente cômodas com fichas ordenadas em ordem alfabética, uma por rio, para evitar duplicações. Um esboço da planta da sala, então, mostraria a localização do grande número de arquivos necessários; pois, assim como os rios, havia conventos, plantações e estuários a serem administrados. E, para terminar a parábola, ele descobriria que planos, gavetas e calendários santos são uma ferramenta muito eficiente para controlar o território. Certamente, o aparecimento repetido de São Pedro seria considerado um abuso (de religião) e um erro (de gestão). Ninguém pode ser responsabilizado pelo erro, porque só se torna aparente quando alguém verifica os esboços, quando a vontade de governar substitui a vontade de dominar, e nem uma única rua ou ravina fica fora do Grande Quadro. Para que todas essas peças possam caber, elas devem ser submetidas a uma violência simbólica tão desproporcional que se torna necessário fundar um Império. Não queremos dizer força, mas gestão. Ou seja, códigos comuns e linguagem compartilhada. Ciência e Império são, portanto, mutuamente causa e efeito. Eles não coincidem, mas determinam-se um ao outro.

Parece muito problemático. Na verdade, é necessário compartilhar a ilusão de que as coisas podem ser encaixadas em letras, cifras, contornos, marcas, gradientes ou correntes. Em suma, eles podem ser transferidos para um plano, que o plano pode ser um pedaço de papel, e que as matérias-primas, os processos e o local onde foi feito podem ser arquivados, em outro pedaço de papel dentro de um armário. É necessário, mas sabemos que não basta. O que distingue um geógrafo de um arquivista é o status do primeiro como testemunha. O mesmo poderia ser dito de um botânico ou de um astrônomo, que são outras habilidades que exigem trabalho de campo: estudiosos *in situ*.²¹ Gente que sai em busca de seu objetivo e dá testemunho de suas manifestações. Especialistas que, além de suas próprias pessoas, movimentam dados, instrumentos, papel. Tudo isso lhes dá uma influência sobre o que observam e registram, assim como sobre aqueles que os enviam e aqueles que os ouvem. No retorno, tanto o observador

²¹ As qualidades morais e epistemológicas que deveriam possuir foram descritas por, entre outros, J. Pimentel, *Testigos del mundo. Ciencia, literatura y viajes en la Ilustración* (Madrid: Marcial Pons, 2003); D. Outram, "New Spaces in Natural History", em *Cultures of Natural History*, ed. N. Jardine, J. Secord e E. Spary (Cambridge: Cambridge University press, 1996), 249-265.

quanto os que os enviaram admitem a possibilidade de que seus papéis possibilitem o conhecimento e a ação à distância.²²

Um estudioso esclarecido não precisa de explicação sobre expedições ou tecnoscópios semelhantes. Principalmente se pensarmos na segunda metade daquele século, quando tribunais de ambos os lados do Atlântico foram arrebatados por uma febre em acumular dados, desenhos, mapas, plantas, rochas, ossos, conchas, tecidos, livros, armas, catálogos, dicionários, planos, miniaturas, modelos, porcelanas, tapeçarias ou máquinas e outros objetos históricos. A expedição é muito mais do que uma jornada do erudito, pois implica muitos compromissos, que vão desde o apoio a um soberano até a coordenação de um acúmulo de atividades e pessoas em um mesmo objetivo, exigindo, no mínimo, acordos sobre instrumentos, linguagem, formalidades e hierarquias. Uma experiência pode ser vista como um grande artefato, uma espécie de caixa de ferramentas móvel, cheia (como navios) de atores humanos e não humanos, e onde não podemos julgar com antecedência qual dos protagonistas está trabalhando como extensão do outro. Não sabemos agora, e Alzate não sabia então, quando com sua proverbial ironia se perguntou em voz alta por que, para falar de uma planta, era necessário esconder tudo o que se sabia sobre sua localização, arredores, época de floração ou tipo de solo.²³ Parece absurdo, mas era assim. Sabemos que o sistema Linneano opera uma interface muito eficiente, embora seja insensível às circunstâncias locais e sazonais. E em nenhum lugar poderiam os criollos - os de ascendência espanhola - concordar, pois, como Alzate “[...] *é uma coisa notável que a lentidão de um homem, por mais estudioso e observador, como supomos que Linnaeus seja, deseje inspecionar as tropas de todo o globo a fim de registrá-las, impor novos nomes e dizer-lhes onde devem ficar*”. Sua perspicácia é realmente surpreendente, porque muito poucos conseguiram ver a enorme desproporção que havia entre a imensidão do mundo e a pequenez do laboratório. O Gabinete de Uppsala, seu brilhante ocupante e seus muitos baús eram pequenos demais para conter o mundo. Hoje em dia, nunca questionaríamos esses extremos, mas à distância eles são pungentes.

²² Ver J. Law, “On the Methods of Long-distance Control: vessels, Navigation and the Portuguese Route to India”, em *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge?*, ed. J. Law, *Sociological Review Monograph 32*, (Routledge, 1986); S. J. Harris, “Mapping Jesuit Science: The Role of Travel in the Geography of Knowledge”, em *The Jesuits: Cultures, Sciences, and the Arts, 1540-1773*, ed. S. J. O’Malley, (Toronto: UTP, 1999), 212-240; P. Carter, *The Road to Botany Bay. An Essay in Spatial History* (Londres: Faber, 1987).

²³ Ver A. Lafuente e N. Valverde, “Las políticas del sentido común: Feijoo contra los dislates del rigor”, em *Feijoo, hoy*, ed. Urzainqui, I. (ed.) (Oviedo: Fundación Gregorio Marañón / Instituto Feijoo de Estudios del siglo XVIII, 2004) 131-157; S. Müller-Wille, “Joining Lapland and the Topinambes in Flourishing Holland. Center and Periphery in Linnaean Botany”, *Science in Context*, 16 (2003): 461-488.

Essa desproporção não é menos evidente quando, ao invés de livros, sejam eles tratados ou inventários, o que queremos inaugurar são museus. Aqui, o Iluminismo estava pelo menos à altura do padrão dos dias atuais. Como se trata de um recinto fechado que só pode mostrar o que cabe dentro dele e o que podemos conservar, nada é mais previsível do que o surgimento de acomodações destinadas à simulação ou réplicas, como salas de modelagem em cera, estúdios para maquetes, laboratórios de restauração e oficinas de taxidermia. Noutros locais, as estantes são mais do que um mero mobiliário, pois funcionam como suportes adaptados ao objeto a legitimar. Qualquer item que caia nessa estrutura de pranchas será para sempre separado de seu lugar e cultura de origem, bem como redigido em outro esquema de significados. Não por acaso, todas as coleções de história natural parecem iguais. Em sua aparente simplicidade ou familiaridade, a grade rotulada de prateleiras atua como um dispositivo indispensável para preservar nomes.²⁴

Esta é a diferença fundamental dos Gabinetes de Curiosidades. De fato, um museu do Iluminismo era a epítome da racionalidade moderna, pois combinava as quatro atividades de nomear, conhecer, divulgar e possuir partes inseparáveis de um mesmo movimento. Por esta razão, modificar um museu significa colocar muitos especialistas à prova, bem como (e isso é o que consideramos mais notável) o tecido estável ou estabilizado da experiência comum: em outras palavras, as formas acordadas de olhar e lidar com nosso entorno. Portanto, um museu também é um objeto de fronteira. Não pertence exclusivamente aos especialistas que manuseiam as peças que guardam, mas também a quem as quer comprar e vender: em outras palavras, todos aqueles que pensam que os museus guardam tudo o que vale a pena conservar, tudo o que precisamos para passar de geração em geração, custe o que custar em termos de orçamentos e funcionários, ou em termos de inventários, leis e edifícios. Quando, em 1821, o Museu Britânico deu início a um processo de *aggiornamento* para se livrar de sua antiga organização Linnaeana, D. Stewart Traill, encarregado das coleções, protestou indignado: “Eu me oponho”, disse o naturalista, “a qualquer mudança desnecessária na nomenclatura; [...] a adoção de tal inovação em uma coleção particular seria atribuída ao mau gosto; em um novo livro, eles trariam problemas aos revisores; em um museu público, eles receberiam a reprovação de todo verdadeiro

²⁴ Sobre a organização física do material científico e o movimento de referência, ver, Bruno Latour, ‘L’espoir de Pandore. Pour une version réaliste de l’activité scientifique’ (Paris: La Découverte, 2001), cap. 2; a textura epistemológica e política subjacente a esses processos aparentemente simples é amplamente tratada em G. C. Bowker e S. L. Star, *Sorting Things Out: Classification and its Consequences* (Cambridge, Mass: MIT Press, 1999); J. Fabian, *Time and the Other. How Anthropology makes its Object* (Nova York: Columbia University Press, 1983).

amigo da ciência".²⁵ Os museus, dizem, não podem ser caprichos de ninguém: foram concebidos para estabilizar o mundo; eles estão acima da fantasia, opinião e até mesmo invenção teórica. Os museus só sobreviveriam como depositários do bom senso.

Sejam eles o que forem, o fato é que logo depois de inaugurados já buscavam autonomia dos projetos dos quais haviam se originado, e pediam recursos próprios para organizar viagens e completar seus acervos, ou para preencher as lacunas de suas estantes.²⁶ E assim os museus entraram na licitação para a obtenção de objetos, estimulando o extravagante mercado de objetos científicos já citado. Muitos argumentos foram usados em defesa dessa ambição de completar coleções, mas nunca deixaram de mencionar a utilidade para a nação, o prestígio nacional ou a educação científica.

Nos jardins botânicos, os problemas assumiram uma forma muito nova, pois dar conta da variedade natural implicava implantar uma política de transplante (não apenas de aquisição) que gerasse as maiores expectativas econômicas e comerciais. Trazer uma coleção de minerais ou ruínas americanas para a corte de Madri era o sonho de todo cortesão esclarecido, mas reproduzir a riqueza floral em um local fechado era uma ambição compartilhada por todos os economistas políticos da Europa. Não faltam exemplos que nos ajudam a compreender a nova relação que surgia entre pesquisa, preservação e exploração dos recursos naturais. Nada melhor do que a floresta.

Quando a madeira começou a escassear, os botânicos começaram a considerar as florestas como depósitos de árvores. A cultura do protecionismo estava ganhando adeptos. No entanto, nenhuma espécie ameaçada poderia ser protegida sem a intervenção prévia de pesquisas científicas que definissem suas qualidades particulares. Na verdade, ninguém pode preservar uma espécie desconhecida: ou seja, o manejo de uma crise (como, por exemplo, aquela decorrente da extinção de árvores utilizadas na construção naval) é consideravelmente melhor quando é possível identificar os atributos particulares (sempre associados a uma espécie) que devem ser promovidos. O estudo das usinas, a exploração do território, o estabelecimento de negócios e a proteção da floresta eram atividades que se interligavam de muitas formas. Ainda assim, é impossível não ver as relações estreitas construídas pelos botânicos

²⁵ Citado em McOuat, "Cataloging power: delineating 'competent naturalists' and the meaning of species in the British Museum", *British Journal of History of Science*, 34 (2001): 1-28, em 10.

²⁶ Esse é o caso do Real Gabinete de Historia Natural espanhol, que a partir de 1777 recebeu as amostras zoológicas e mineralógicas recolhidas em diferentes expedições. No Gabinete os materiais foram classificados, encomendados e avaliados, apresentando sugestões de acordo com as áreas de interesse. A partir de 1793, porém, começaram a ser organizadas expedições a partir do Gabinete com o objetivo de preencher as lacunas de objetos importantes que ele deveria conter. Ver, A. Barreiro, *El Museo Nacional de Ciencias Naturales (1773-1935)* (Aranjuez: Doce Calles. 1992), 89. Esta prática justificaria a organização de expedições como a de Molina, os irmãos Heuland e a de Gimbernat aos Alpes, bem como numerosas explorações realizadas na Espanha por Talaker, Molina e Vilella, entre outros,

entre o jardim como um experimento e a floresta como um laboratório.²⁷ No entanto, há também uma correspondência óbvia entre o jardim como museu e a floresta como depósito. Tanto que os iluministas transformaram a floresta em extensão do jardim e aprovaram leis sobre seu uso como se fosse de domínio público, obedecendo aos ditames de cientistas e engenheiros.

Mas aqui também, como ocorreria no caso de questões de nomenclatura ou mesmo de usos terapêuticos, os criollos resistiram fortemente, pois a proteção equivalia a um congelamento, destruindo grande parte da receita do negócio madeireiro, inclusive os impostos arrecadados por as autoridades locais: 'desde que as leis da natureza não nos falhem', declarou a Corporação de Quito, "haverá florestas de sobra em Guayaquil sem necessidade de decretos para providenciar a sua preservação".²⁸ Em Cuba as coisas eram vistas da mesma forma: "é moralmente impossível", afirmou o protesto do Consulado Real sobre as medidas que procurou evitar o esgotamento das matas, "que isso pode ser provado na ordem natural das coisas".²⁹ Aqueles que falam assim parecem convencidos de que a botânica capitula fora do recinto do jardim, pois as leis que regem os espaços abertos mantêm uma ordem que só os nativos entendem.

Em todo caso, não iremos mais longe na credibilidade das duas posições, obviamente com base em evidências que são tão instáveis quanto as duas linguagens conflitantes (ou tipos de floresta) são intraduzíveis. A floresta, como já aconteceu com a Pedra do Sol, torna-se um objeto de fronteira, e como os botânicos conquistaram o direito de defender seus próprios pontos de vista, os criollos tiveram que usar sua engenhosidade para tentar se apropriar de um objeto que, por ser um legado secular não registrado, foi emancipado e mobilizado por enviados da metrópole por meio de tecnologias que transformam um bem comum em propriedade pública.

²⁷ Ver, N. Broc, *Les Montagnes au siècle des Lumières. Perception et représentation* (Paris: CTHS, 1991).

²⁸ No final de 1778 o Presidente e Visitador do Supremo Tribunal de Quito, José García de León y Pizarro, alertado por relatos como o do engenheiro Francisco Requena (1743-1824), sobre como certas áreas florestais estavam "bastante exauridas", emitiu uma Ordem que visava a proteção das florestas de Guayaquil. A Corporação, que até então havia tentado fazer com que a madeira fosse tributada em favor da cidade, invocando os danos que poderiam ser causados pelo corte descontrolado, agora reage declarando sua total oposição. M. Laviana Cuetos, "Los intentos de controlar la explotación forestal en Guayaquil: pugna entre el cabildo y el gobierno colonial," in *Ciencia, vida y espacio en Iberoamérica*, vol. 2, ed. J. L. Peset, (Madrid: CSIC, 1989), 406-407.

²⁹ Citado em C. Naranjo Orovio, "Los reconocimientos madereros en Cuba (1780-1810)," in *El bosque ilustrado*, ed. M. Lucena Giraldo (Madrid: ICONA, 1991), 110. O argumento para a existência de um ambiente natural abundante e específico, cujo conhecimento profundo só poderia ser alcançado com o envolvimento dos nativos, foi usado novamente por ocasião da polêmica sobre o monopólio da casca da cinchona. Veja, M. A. Puig-Samper, "El oro amargo. La protección de los quinares americanos y los proyectos de estanco de la quina de Nueva Granada" in *El bosque ilustrado*, ed. M. Lucena Giraldo, (Madrid: ICONA, 1991), 235.

Bem comum e patrimônio

Existem poucos relatos do século XVIII que não enfatizam a importância do ideal de progresso técnico concebido pelos pensadores iluministas. A tecnologia, sem dúvida, é um dos principais protagonistas do nosso mundo, e seu desdobramento hegemônico está relacionado a alguns dos processos aqui delineados.

Os dois casos estudados, ruínas e florestas, mostraram-se objetos de fronteira: ou seja, objetos situados (técnica e cientificamente) na encruzilhada entre diferentes tradições culturais, ora complementares, ora competitivas. Contudo, o importante, em última análise, é resgatar a ideia que surgia na época de que algo como a dignidade dos astecas ou os atributos de uma espécie deveriam ser um bem comum, preservado de qualquer ameaça. De que perigos falamos? Em primeiro lugar, o esquecimento e, em segundo lugar, o abuso.

Paremos por um momento para olhar a forma assumida por essas duas realidades ameaçadas, memória compartilhada e diversidade biológica. Chamamos de realidades porque, na verdade, elas entraram na consciência coletiva quando foram emancipadas ou, em outras palavras, quando foram quantificadas, tabuladas e registradas; isto é, desde que introduzimos nossas tecnologias e suas regras de uso e inscrição como mediadores. E, uma vez que reunimos testemunhos que falam de morte e decadência, tivemos que falar de ameaça, um termo que necessariamente põe em circulação todo um novo grupo de atores, desde avaliadores especializados a funcionários, delegados e burocratas ocupados em vigilância, listagem e preservação; sem falar na parafernália de arquivos, estantes, competições, comissões, contratos, impostos, avaliações ou catálogos. Em suma: ao mesmo tempo que os pensadores iluministas descobriram o papel das tecnologias na formação do consenso, perceberam a necessidade de converter fragmentos da realidade em um bem comum. E para garantir a continuidade do bem comum e do consenso, a fórmula mais aceitável que puderam encontrar foi ampliar o domínio público para contemplar o bem comum. Disto surgiu um coletivo de especialistas cuja missão era entrelaçar os fios das novas tecnologias e os novos bens comuns para produzir formas modernas de comunhão.

Do bem comum nasceu um patrimônio público, construído sobre múltiplos compromissos que entrelaçam antigos anseios de justiça e novos ideais de austeridade. Mas nem todo bem ameaçado pode ser salvo transformando-o em patrimônio. Se alguém dissesse agora que o ar que respiramos deve ser comum, teria imediatamente que projetar uma rede de laboratórios, protocolos e normas para definir o que é ar saudável, bem como critérios para melhorá-lo e protegê-lo. Seria o estado o principal

gerente desses protocolos? Definir algo como um bem público necessariamente o transforma em algo público? Nos tempos modernos, desde o Iluminismo, a resposta é enfaticamente sim, e apenas sim. No entanto, hoje podemos admitir que a identificação do comum com o público tem uma data de nascimento e, talvez, uma data de validade. Surgiu porque a gestão do bem comum, como se descobriu no século XVIII, era um empreendimento profundamente tecnológico, e só o Estado foi capaz de absorver os custos e amenizar as controvérsias.

O estado então construiu sobre sua hegemonia tecnológica a rodovia que conecta o comum com o domínio público e criou um enorme patrimônio para todos desfrutarem. Agora vemos que o conhecimento está se distanciando cada vez mais da noção de bens comuns e que, além disso, mais e mais segmentos do conhecimento estão sendo privatizados de forma inaceitável, como o aprendizado tradicional, o software e o genoma. Digamos de forma sucinta: tudo o que se torna patrimônio pode mudar de mãos, mesmo de mãos públicas; para evitar isto, precisamos urgentemente definir novos bens comuns, cuja manutenção se baseia na economia da dívida, pois agora o cidadão tem, pela primeira vez na história, acesso às tecnologias e aos recursos que nos permitiriam sustentar uma gama de bens comuns pertencentes a todos e a ninguém.

Data de recebimento: 20.10.2021

Data de aceite: 29.11.2021